**PREGÃO ELETRÔNICO**

***DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL***

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2014**

**(Processo Administrativo n.° 08200.001206/2014-16)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Departamento de Polícia Federal, através do Ordenador de Despesas, com a competência que lhe confere a Portaria nº. 3364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, publicada no BS 080 de 26 de abril de 2013, e mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 71/2013-DLOG/DPF, de 18/10/2013, Publicada no Boletim de Serviço nº 206, da Coordenação de Administração, sediada no SAS Qd. 06 – Lts 09/10, Ed. Sede do Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF, CEP 72.037-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço**,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, Decreto nº 3.555 de 2000, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e alterações, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da abertura da sessão pública: 01** de outubro de 2014

**Horário:** 10:00 (dez horas - horário de Brasília)

**Endereço:** Portal Comprasnet - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/)

**Encaminhamento da proposta e anexos**: a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet, até a data e horário da abertura da sessão pública

1. **DO OBJETO**
   1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção preventiva e limpeza da piscina de treinamento de cães, localizada no Serviço de Canil Central do DPF – SECAN, em Brasília-DF**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. *A licitação será com apenas um item****,*** *conforme constante do Termo de Referência.*
2. **– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
   1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2014, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 1

Fonte: FUNAPOL - 0174270032

Elemento de Despesa: 33.90.39

PI: 370

1. **DO CREDENCIAMENTO**
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
2. **DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**
   1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:
      1. proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
      3. que estejam reunidas em consórcio;
   3. Também é vedada a participação de:
      1. entidades empresariais estrangeiras;
      2. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
      3. Cujos familiares de agente público esteja investido em cargo em comissão ou função de confiança perante o órgão promotor da licitação, conforme vedação prevista no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.
   4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
      1. A contratação não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Edital;
      2. A fusão, cisão ou incorporação somente serão admitidas, após análise e consentimento prévio e por escrito da Contratante, e desde que não afetem a boa execução do objeto;
   5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
   6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
      4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
3. **DO ENVIO DA PROPOSTA**
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
   3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. *valor anual* *do item;*
      2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:
   7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
   9. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
   10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
4. **DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as *especificações exigidas no Termo de Referência*.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.*
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

* + 1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
  1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
  3. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  4. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
  5. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
  7. Para a contratação dos serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei n° 8.248, de 1991, deverá ser observado o direito de preferência estipulado no art. 3° da mesma lei, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5° e 8° do Decreto n° 7.174, de 2010.
  8. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
     1. prestados por empresas brasileiras;
     2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  9. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

1. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
   3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
   4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
   5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
   6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
   7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 60 (sessenta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
       1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
       2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
2. **DA HABILITAÇÃO** 
   1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
   2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
   3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
   4. Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantido pelo Tribunal da Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/cadicon/procura>).
      1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
      2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 *(duas)* horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:
   6. Habilitação jurídica:
      1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
      2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
      4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
      5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
   7. Regularidade fiscal e trabalhista:
      1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
      2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Divida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
      3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
      4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
   8. A título de qualificação econômico-financeira, também deverá ser apresentada certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
   9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
      1. no mínimo 01 (uma) Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado onde comprove ter prestado ou estar prestando serviços de manutenção e limpeza de piscina.
         1. *Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.*
         2. *Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;*
         3. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.*
   10. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:
       1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
       2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;
       3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
       4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
       5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
       6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
       7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
   11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via e-mail [cpl.coad@dpf.gov.br](mailto:cpl.coad@dpf.gov.br) , no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail;
   12. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
       1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para os quais será concedido o mesmo prazo especial para a regularização da situação fiscal.
   13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
   15. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.
   16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
3. **– DOS RECURSOS**
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
4. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
5. **DO TERMO DE CONTRATO** 
   1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
   2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.
   3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
   4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
   5. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, cujo resultado será anexado aos autos do processo.
   6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
6. **DO REAJUSTE e GARANTIA**
   1. As regras acerca do reajuste do valor contratual e da garantia são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
7. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
   1. A empresa CONTRATADA deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG referente à sustentabilidade ambiental.
   2. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo DPF ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.
8. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
   1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
9. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
10. **DO PAGAMENTO**
    1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
    2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
    3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
    4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
    5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
    6. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
       1. não produziu os resultados acordados;
       2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
       3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
    7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
    8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
    9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
    10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
    11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
    12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
    13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
    14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
        1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
    15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100)  365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6%. |

1. **- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
      1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
      2. apresentar documentação falsa;
      3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      5. não mantiver a proposta;
      6. cometer fraude fiscal;
      7. comportar-se de modo inidôneo;
   2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
   3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
      2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
   4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
2. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl.coad@dpf.gov.br](mailto:cpl.coad@dpf.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SAS Qd. 06 – Lts 09/10 – 1° andar, sala 110, Ed. Sede do Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00 horas.
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
3. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e <http://www.dpf.gov.br> > Serviços > Licitações > Licitações 2011 > Distrito Federal > Órgãos Centrais > DLOG > Pregões, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAS Qd. 06 – Lts 09/10 – 1° andar, sala 110, Ed. Sede do Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência;
       2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

Brasília-DF, 18 de setembro de 2014.

**Ordenador de Despesas**

**ANEXO I**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES**

**DIREN - SERVIÇO DE CANIL CENTRAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **DO OBJETO**
   1. O presente Termo de Referência objetiva a contratação de empresa especializada na prestação dos **serviços de manutenção preventiva e limpeza da piscina de treinamento de cães** localizada no Serviço de Canil Central do DPF - SECAN, visando atender a demanda do Programa de Cães de Serviços do Departamento de Polícia Federal, conforme condições e especificações constantes deste instrumento;
   2. Entende-se por manutenção preventiva e limpeza uma série de procedimentos destinados a manter a piscina em perfeitas condições de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas vigentes.
2. **DA JUSTIFICATIVA**
   1. A presente contratação visa prover condições para plena utilização da piscina usada no treinamento dos cães de trabalho do DPF, localizada no Serviço de Canil Central, sem implicações em danos ou riscos à saúde dos animais, assim como, à saúde pública, tendo em vista que se trata de água parada e um serviço de manutenção impróprio poderia propiciar o desenvolvimento de foco do mosquito Aedes Aegypti, proliferação de bactérias e micro-organismos causadores de várias doenças, entre outros.
3. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.
4. **DO LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços de manutenção preventiva e limpeza serão realizados através de 02 (duas) visitas semanais, sendo executado normalmente às sextas-feiras, no turno vespertino e às segundas-feiras, no turno matutino;
5. **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com a IN n° 02/2008-SLTI/MPOG e com demais Normas Técnicas e Legislações correlatas vigentes;
   2. A empresa a ser contratada deverá possuir sede, filial ou escritório em Brasília-DF, com pessoal qualificado e capacidade operacional suficiente para gerir o Contrato;
   3. A piscina objeto do Contrato é uma piscina de fibra, medindo aproximadamente 8m (oito metros) de comprimento, 3,5m (três metros e cinquenta) de largura e profundidade variável de 1,3m (um metro e trinta) a 1,5m (um metro e cinquenta), o que dá um volume de aproximadamente 39m3 (trinta e nove metros cúbicos), equipada com uma bomba de sucção da marca “DANKA” de 3CV e filtro da marca “ALBACETE”, localizada no Serviço de Canil Central do DPF, no Setor Policial Sul;
   4. Os serviços de manutenção preventiva e limpeza consistirão no tratamento físico-químico da piscina;
   5. O tratamento químico se baseará na verificação e controle dos níveis de alcalinidade, PH, cloro e turbidez da água, com aplicação de produtos químicos necessários a esse controle;
   6. O tratamento físico será realizado através dos processos de limpeza do pré-filtro, retrolavagem do filtro, escovação das paredes internas e fundo da piscina, peneiramento para remoção dos objetos suspensos e depositados no fundo, aspiração de detritos e limpeza em geral;
   7. Os serviços de manutenção preventiva e limpeza serão realizados através de 02 (duas) visitas semanais, sendo executado normalmente às sextas-feiras, no turno vespertino e às segundas-feiras, no turno matutino;
   8. Nas sextas-feiras serão aplicados os produtos químicos necessários, de acordo com as medições dos níveis de PH, cloro e turbidez da água, realizada a escovação das paredes internas e fundo da piscina e a remoção dos objetos suspensos;
   9. Nas segundas-feiras será realizada a aspiração de detritos, a limpeza do pré-filtro, a retrolavagem do filtro, a limpeza geral da casa de bomba e limpeza geral da área da piscina;
   10. A CONTRATADA fornecerá todo o material de consumo e equipamentos necessários à limpeza da piscina;
   11. Na execução dos serviços de limpeza só poderão ser utilizados produtos e equipamentos que atendamas Normas Técnicas e as regulamentações vigentes;
   12. A piscina deverá ser mantida sempre coberta por capa própria fornecida pela CONTRATANTE;
   13. Após a limpeza semanal deverá ser apresentado um relatório à fiscalização, para ciência e aprovação, onde deverão constar os serviços executados e as medições realizadas dos níveis de PH, cloro e turbidez da água;
   14. Eventualmente poderão ser requisitadas pela fiscalização, mediante a emissão de ordem de serviço, visitas técnicas em dias alternativos, incluindo finais de semana ou feriado, no período compreendido entre 08h e 18h, visando à correção de algum problema excepcional que porventura possa surgir, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;
   15. Caso ocorra algum fato alheio à vontade da CONTRATADA ou alguma anormalidade de caráter urgente que impeça a CONTRATADA de realizar os serviços nos dias previstos, a CONTRATANTE deverá ser previamente informada por escrito, para posterior autorização de transferência das datas;
   16. A CONTRATADA deverá informar o CONTRATANTE de imediato qualquer problema observado no conjunto motor bomba existente para que sejam tomadas, por parte do CONTRATANTE, as medidas saneadoras cabíveis, no menor espaço de tempo possível;
   17. Os problemas apresentados no conjunto motor bomba existente provenientes de mau uso dos empregados da CONTRATADA deverão ser sanados pela mesma, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;
   18. Para realização dos serviços os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados com crachás ou uniformes da empresa, munidos de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários e exigidos pelas Normas Técnicas vigentes, devendo ser encaminhada previamente à fiscalização uma relação contendo os nomes e a identificação de todos os funcionários que prestarão serviço no SECAN;
   19. O Serviço de Plantão do SECAN não autorizará a entrada de funcionário da CONTRATADA que não esteja devidamente uniformizado ou identificado e cujo nome não conste na relação citada no item anterior.
6. **DA VISTORIA**
   1. Para elaboração da proposta os licitantes poderão realizar vistoria no local de execução dos serviços, caso entendam necessário;
   2. A vistoria de que trata o item anterior deverá ser acompanhada por servidor do SECAN, designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024 9215;
   3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública;
   4. Para vistoria, o licitante, ou seu representante deverá estar devidamente identificado.
7. **DA PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS**
   1. O serviço de manutenção e limpeza preventiva será realizado através de 02 (duas) visitas semanais, sendo executado normalmente as sextas-feiras, no turno vespertino e as segundas-feiras, no turno matutino;
   2. Eventualmente poderão ser requisitadas pela fiscalização serviços de manutenção ou limpeza em dias alternativos, incluindo finais de semana e feriados, no período compreendido entre 08h e 18h, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.
8. **DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
      1. Os profissionais da CONTRATADA deverão ser devidamente capacitados e dotados de conduta anterior positiva para a execução dos serviços;
      2. Os profissionais da CONTRATADA deverão trabalhar devidamente uniformizados e com todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela Legislação vigente;
      3. Os serviços deverão ser executados com a adoção de todas as medidas relativas à proteção das pessoas e dos animais ligadas as atividades a serem desenvolvidas, observadas as leis em vigor;
      4. Deverão ser tomados os devidos cuidados para preservação do meio ambiente, de acordo com as legislações especificas em vigor, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelos eventuais descumprimentos;
      5. Deverão ser atendidas todas as normas de segurança previstas na legislação vigente.
9. **DA VIGÊNCIA**
   1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do Contrato;
   2. Por tratar-se de serviços essenciais para o desempenho das atividades institucionais do Departamento de Polícia Federal, o Contrato poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, observados os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:
10. Se os serviços tiverem sido prestados regularmente;
11. Se a Administração mantiver interesse na realização do serviço;
12. Se o valor do Contrato permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
13. Se a CONTRATADA manifestar expressamente interesse na prorrogação.
14. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
    1. A empresa futura CONTRATADA deverá apresentar no mínimo 01 (uma) Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado onde comprove ter prestado ou estar prestando serviços de manutenção e limpeza de piscina.
15. **DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA**
    1. Será Contratada a empresa que apresentar o menor valor mensal para realização dos serviços solicitados.
16. **DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**
    1. O valor mensal estimado para o presente Contrato é de R$ 443,33 (quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), gerando o valor total estimado de R$ 5.320,00 (cinco mil trezentos e vinte reais) para o período de 12 (doze) meses, de acordo com levantamento de preços obtidos em pesquisa de mercado, conforme cópias anexas.
17. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
    1. Responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados, observando as Normas Técnicas e demais Legislações vigentes, bem como, o especificado neste Termo;
    2. Executar os serviços de acordo com as especificações descritas neste Termo;
    3. Atender imediatamente aos pedidos de manutenção e limpeza da piscina eventual, sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, inclusive em dias não úteis, finais de semana, feriados e fora do expediente de trabalho, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
    4. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
    5. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham acontecer, serem sanadas em 24 (vinte e quatro) horas;
    6. Instruir seus funcionários quanto às normas de segurança da CONTRATANTE;
    7. Fornecer todos os equipamentos e os materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e limpeza da piscina;
    8. Fornecer aos seus funcionários todos os equipamentos de EPI necessários à execução do Contrato;
    9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato as solicitações e reclamações;
    10. Informar imediatamente o CONTRATANTE qualquer fato observado por seus funcionários que possam interferir na boa execução e qualidade dos serviços contratados;
    11. Informar imediatamente o CONTRATANTE qualquer problema observado no conjunto motor bomba existente para que sejam tomadas, por parte do CONTRATANTE, as medidas saneadoras cabíveis, no menor espaço de tempo possível;
    12. Manter, durante toda a execução do Contrato, endereços, números de telefone e endereços eletrônicos para contatos permanentemente atualizados;
    13. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação na contratação;
    14. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades, ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
    15. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do Contrato;
    16. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução do Contrato ou de materiais empregados;
    17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
    18. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados por seus empregados às instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.
18. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
    1. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
    2. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
    3. Designar um servidor especialmente para acompanhar, fiscalizar e atestar as faturas do Contrato, conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/1993;
    4. O Fiscal do Contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
    5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
    6. Não permitir a execução de serviços em desacordo com o preestabelecido;
    7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições deste Contrato;
    8. Manter a piscina, quando fora de uso, coberta por capa própria;
    9. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto;
    10. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
    11. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não deve ser interrompida;
    12. Promover diligência nas dependências da CONTRATADA, bem como, naquelas que forem terceirizadas pela mesma;
    13. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
    14. Aplicar, sempre que necessário, as penalidades regulamentares e contratuais.
19. **DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**
    1. Consoante o artigo 45 da Lei no 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
20. **DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**
    1. A Fiscalização será exercida por um representante da Administração, ou seu respectivo substituto, nomeados em portaria específica, aos quais caberão fornecer todas as informações necessárias para a perfeita execução do Contrato, atestar as Notas Fiscais/Faturas e dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas no curso da execução do Contrato;
    2. Os representantes da administração designados para Fiscalização deverão ter o conhecimento necessário para o acompanhamento e controle da execução do Contrato;
    3. O Fiscal do Contrato e seu respectivo substituto serão indicados pela Chefia do SECAN e designados em portaria especifica;
    4. Ao Fiscal do Contrato ou ao seu substituto reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Nota Fiscal/Fatura se, no ato da apresentação, a execução do Contrato não estiver de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
    5. O Fiscal do Contrato ou seu substituto deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
    6. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante o Departamento de Polícia Federal, demais órgãos ou a terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e restrita fiscalização, a qualquer hora e em todas as etapas, e a presença de servidor designado não diminuirá a responsabilidade da empresa na sua execução;
    7. O Fiscal do Contrato exigirá o cumprimento de todos os itens constantes das cláusulas contratuais e da proposta da CONTRATADA;
    8. A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n° 8.666/93;
    9. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas, por escrito, à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das imediatas medidas saneadoras;
    10. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:
        1. Os resultados alcançados em relação à CONTRATADA, com a verificação dos prazos de execução;
        2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;
        3. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
        4. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato;
        5. A satisfação do público usuário.
21. **DO PAGAMENTO**
    1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pela Administração, conforme disposto na IN n° 51/2011-DG/DPF, em observância ao art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e observado o disposto no art. 35 da Instrução Normativa nº 03/2009-SLTI/MPOG;
    2. As Notas Fiscais de prestação de serviços/Faturas, constando o número do Contrato firmado, deverão ser apresentadas pela CONTRATADA mensalmente, de preferência no 1º dia útil de cada mês, à CONTRATANTE,para conferência, ateste e pagamento;
    3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
    4. Nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993, o pagamento será efetuado à empresa no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas;
    5. As Notas Fiscais/Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo fiscal, designado em documentação própria, podendo a CONTRATANTE descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia**;**
    6. O pagamento será feito em moeda corrente, por intermédio de ordem bancária, até a data do vencimento da Fatura e após a realização de consulta prévia *on line* no SICAF, de forma a verificar a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no sistema;
    7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrente do futuro Contrato;
    8. As Notas Fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações;
    9. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
    1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 8.666, de 1993, da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto n° 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:
       1. Apresentar documentação falsa;
       2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
       3. Falhar na execução do Contrato;
       4. Fraudar na execução do Contrato;
       5. Comportar-se de modo inidôneo;
       6. Fizer declaração falsa;
       7. Cometer fraude fiscal.
    2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:
       1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação;
       2. Multa:
23. Para as condutas descritas nos **itens 18.1.1**, **18.1.4**, **18.1.5**, **18.1.6** e **18.1.7** serão aplicadas multas de no máximo **30%** (trinta por cento) do valor global do Contrato;
24. Para os fins dos itens **18.1.2** e **18.1.3**, serão aplicadas multas nas seguintes condições:
    1. Moratória de até **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do Contrato, até o limite máximo de 15 (quinze) dias, por descumprimento das obrigações assumidas no Edital e seus anexos;
    2. Moratória de até **0,8%** (zero vírgula oito por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor mensal do Contrato por descumprimento das obrigações assumidas conforme Edital e seus anexos, após o 15º (décimo quinto) dia, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
    3. Compensatória de até **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do Contrato ou descumprimento de obrigação contratual, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato.
       1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
          1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
       2. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
       3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
    4. Após o 30° (trigésimo) dia de atraso, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato, caracterizando-se inexecução total do seu objeto;
    5. Para os fins do **item 18.1.5**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993;
    6. Além das multas acima previstas, a Administração aplicará multas, em face do descumprimento de obrigações contratuais, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas seguintes:

**Tabela 02**

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | R$ 20,00 |
| 2 | R$ 25,00 |
| 3 | R$ 30,00 |
| 4 | R$ 35,00 |
| 5 | R$ 50,00 |
| 6 | R$ 70,00 |

**Tabela 03**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
| 1 | Não executar o Contrato integralmente e diretamente. | 6 | Por ocorrência |
| 2 | Não executar os serviços em conformidade com as Normas Técnicas e demais Legislações pertinentes vigentes. | 5 | Por ocorrência |
| 3 | Fornecer informação falsa ao Contratante. | 5 | Por ocorrência |
| 4 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados. | 6 | Por dia |
| 5 | Deixar de executar qualquer um dos serviços descritos nos **itens 5.6**, **5.7**, **5.8** e **5.9** deste Termo. | 2 | Por ocorrência |
| 6 | Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato. | 4 | Por ocorrência |
| 7 | Deixar de corrigir as falhas apontadas pela Fiscalização no prazo estipulado no **item 13.5** deste Termo. | 5 | Por ocorrência |
| 8 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais aos animais ou pessoas. | 6 | Por ocorrência |
| 9 | Deixar de cumprir o **item 13.17** deste Termo. | 3 | Por empregado |
| 10 | Permitir a ida de empregado não uniformizado ou não identificado para realização dos serviços. | 1 | Por empregado e por ocorrência |
| 11 | Deixar de informar previamente os dados dos empregados que irão realizar os serviços, incluindo as substituições que porventura venham a ser realizadas durante a execução do Contrato. | 2 | Por ocorrência e por empregado |
| 12 | Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições no prazo estipulado neste Termo. | 2 | Por empregado |
| 13 | Deixar de observar o **item 05.12** deste Termo. | 1 | Por ocorrência |
| 14 | Deixar de apresentar o relatório semanal previsto no **item 05.13** deste Termo. | 2 | Por ocorrência |
| 15 | Deixar de observar as Normas Técnicas vigentes quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual necessários à execução do objeto contratado. | 3 | Por ocorrência |
| 16 | Não manter a documentação e condições de habilitação atualizada. | 1 | Por item e por ocorrência |
| 17 | Não manter dados de contato devidamente atualizados. | 1 | Por ocorrência |
| 18 | Deixar de executar os serviços nos dias estabelecidos no Contrato sem justificativa, aviso prévio e autorização do Contratante. | 1 | Por ocorrência |
| 19 | Não prestar de imediato os esclarecimentos solicitados pelo Contratante. | 2 | Por ocorrência |
| 20 | Deixar de fornecer os materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços. | 3 | Por ocorrência |
| 21 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização. | 2 | Por ocorrência |
| 22 | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar. | 2 | Por ocorrência |
| 23 | Deixar de informar imediatamente o Contratante qualquer fato observado por seus empregados que possam interferir na boa execução e qualidade dos serviços contratados. | 1 | Por ocorrência |
| 24 | Deixar de informar imediatamente o Contratante qualquer problema observado por seus empregados no conjunto motor bomba. | 2 | Por ocorrência |
| 25 | Não apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura qualquer um dos documentos relacionados e na forma prevista no **item 17** deste Termo. | 2 | Por item e por ocorrência |
| 26 | Deixar de cumprir qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei, para a qual não se comine outra penalidade. | 1 | Por ocorrência |

* 1. Restará caracterizada, ainda, a inexecução parcial do objeto do Contrato se a CONTRATADA, reincidente no cometimento de infrações à execução do Contrato, se enquadrar em pelo menos em 01 (uma) das situações abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Situação | Grau de Infração | Quantidade de Infrações |
| 1 | 1 | 7 ou mais |
| 2 | 2 | 6 ou mais |
| 3 | 3 | 5 ou mais |
| 4 | 4 | 4 ou mais |
| 5 | 5 | 3 ou mais |
| 6 | 6 | 2 ou mais |

* 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
  2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato decorrente desta licitação:
     1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
     2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;
  4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
  5. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
  6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
  7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;
  8. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;
  9. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida dentro do prazo, conforme notificação;
  10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
  11. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto na cláusula contratual relativa à garantia;
  12. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida nos **itens 18.2.3** e **18.2.4** precedentes;
  13. As penalidades aqui previstas serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
  14. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

1. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. Nos preços ofertados pela CONTRATADA deverão estar inclusas todas as despesas concernentes à execução de todos os serviços relativos ao objeto, tais como: impostos, taxas e contribuições, margem de lucro, entre outras.

Brasília/DF, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANTÔNIO JOSÉ DE MIRANDA MAGALHÃES**

**Agente de Polícia Federal**

**Chefe do SECAN/DIREN/CGPRE**

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme o disposto no Inciso II do Art. 9º do Decreto n° 5.450/2005.

Brasília/DF, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Contrato n° \_\_/2014- COAD/DLOG/DPF **(08200.001206/2014-16-SERA/COAD)**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, E A EMPRESA **XXXXXXX.** NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO, por meio do Departamento de Polícia Federal, com Sede em Brasília/DF, instalado em seu Edifício Sede, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10, inscrito no CNPJ sob o número 00.394.494/0014-50, órgão do Ministério da Justiça, neste ato designado simplesmente CONTRATANTE e representado por seu Coordenador de Administração Sr. **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** CPF. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e C.I. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_/2012-DG/DPF, de \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2012, do Departamento de Polícia Federal - Ministério da Justiça e a empresa, **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**., inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_ neste ato designada simplesmente CONTRATADA, e representada pela Srª **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, portadora da C.I nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_DF e CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, decorrente do Pregão Eletrônico **nº 27/2014-CPL/DICON/COAD/DLOG/DPF** com base Lei n.° 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), pelos Decretos nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 (Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica), 2.271 de 07 de julho de 1997 (Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências) e 6.204 de 05 de setembro de 2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MEs, e EPPs), pela Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 (Estabelece norma para o funcionamento do SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISG), com as alterações da IN nº 01/2012-SLTI/MPOG de 10 de fevereiro de 2012, pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), pela Lei Complementar nº. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP); IN nº 02/2008, alterada pela IN nº 06/2013, ambas da SLTI/MPOG; mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto**

* 1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos **serviços de manutenção preventiva e limpeza da piscina de treinamento de cães** localizada no Serviço de Canil Central do DPF - SECAN, visando atender a demanda do Programa de Cães de Serviços do Departamento de Polícia Federal, conforme condições e especificações constantes deste instrumento.
     1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão n° 27/2014**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Alteração Contratual**

2.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial.

2.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes do acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSUAL TERCEIRA – DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO**

* 1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.
     1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA**

* 1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **03% (três por cento)** do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **03 (três)** dias a partir da data da celebração do contrato.
     1. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Contratante fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.
  2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
2. Seguro-garantia; ou
3. Fiança bancária.
   * 1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tal como a responsabilidade por multas.
   1. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.
   2. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
   3. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.
   4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
   5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
   6. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.
   7. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

**CLÁUSULA QUINTA – DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE**

5.1. Caso seja concedido ou excluído o adicional de periculosidade ou insalubridade, por força de laudo pericial, a extensão e/ou exclusão do beneficio se dará por termo aditivo ao contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

* 1. Responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados, observando as Normas Técnicas e demais Legislações vigentes, bem como, o especificado neste instrumento;
  2. Executar os serviços de acordo com as especificações descritas neste instrumento;
  3. Atender imediatamente aos pedidos de manutenção e limpeza da piscina eventual, sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, inclusive em dias não úteis, finais de semana, feriados e fora do expediente de trabalho, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
  4. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
  5. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham acontecer, serem sanadas em 24 (vinte e quatro) horas;
  6. Instruir seus funcionários quanto às normas de segurança da CONTRATANTE;
  7. Fornecer todos os equipamentos e os materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e limpeza da piscina;
  8. Fornecer aos seus funcionários todos os equipamentos de EPI necessários à execução do Contrato;
  9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato as solicitações e reclamações;
  10. Informar imediatamente o CONTRATANTE qualquer fato observado por seus funcionários que possam interferir na boa execução e qualidade dos serviços contratados;
  11. Informar imediatamente o CONTRATANTE qualquer problema observado no conjunto motor bomba existente para que sejam tomadas, por parte do CONTRATANTE, as medidas saneadoras cabíveis, no menor espaço de tempo possível;
  12. Manter, durante toda a execução do Contrato, endereços, números de telefone e endereços eletrônicos para contatos permanentemente atualizados;
  13. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação na contratação;
  14. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades, ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
  15. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do Contrato;
  16. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução do Contrato ou de materiais empregados;
  17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
  18. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados por seus empregados às instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

**CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

* 1. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
  2. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
  3. Designar um servidor especialmente para acompanhar, fiscalizar e atestar as faturas do Contrato, conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/1993;
  4. O Fiscal do Contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
  5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
  6. Não permitir a execução de serviços em desacordo com o preestabelecido;
  7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições deste Contrato;
  8. Manter a piscina, quando fora de uso, coberta por capa própria;
  9. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto;
  10. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
  11. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não deve ser interrompida;
  12. Promover diligência nas dependências da CONTRATADA, bem como, naquelas que forem terceirizadas pela mesma;
  13. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
  14. Aplicar, sempre que necessário, as penalidades regulamentares e contratuais.

**CLÁUSUAL OITAVA - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

* 1. Consoante o artigo 45 da Lei no 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

* 1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
     1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
  2. Além das disposições previstas nesta cláusula, a fiscalização contratual dos serviços continuados deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local..
  3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
  4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
     1. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
     2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
     3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
     4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
     5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
     6. a satisfação do público usuário.
  5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
  7. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
  8. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
  9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 8.666, de 1993, da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto n° 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:
     1. Apresentar documentação falsa;
     2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
     3. Falhar na execução do Contrato;
     4. Fraudar na execução do Contrato;
     5. Comportar-se de modo inidôneo;
     6. Fizer declaração falsa;
     7. Cometer fraude fiscal.
  2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:
     1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação;
     2. Multa:

1. Para as condutas descritas nos **itens 18.1.1**, **18.1.4**, **18.1.5**, **18.1.6** e **18.1.7** do Termo de Referência, serão aplicadas multas de no máximo **30%** (trinta por cento) do valor global do Contrato;
2. Para os fins dos itens **18.1.2** e **18.1.3**, do Termo de Referência, serão aplicadas multas nas seguintes condições:
   1. Moratória de até **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do Contrato, até o limite máximo de 15 (quinze) dias, por descumprimento das obrigações assumidas no Edital e seus anexos;
   2. Moratória de até **0,8%** (zero vírgula oito por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor mensal do Contrato por descumprimento das obrigações assumidas conforme Edital e seus anexos, após o 15º (décimo quinto) dia, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
   3. Compensatória de até **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do Contrato ou descumprimento de obrigação contratual, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato.
      1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
         1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
      2. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
      3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
   4. Após o 30° (trigésimo) dia de atraso, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato, caracterizando-se inexecução total do seu objeto;
   5. Para os fins do **item 18.1.5** do Termo de Referência, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993;
   6. Além das multas acima previstas, a Administração aplicará multas, em face do descumprimento de obrigações contratuais, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas seguintes:

**Tabela 02**

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | R$ 20,00 |
| 2 | R$ 25,00 |
| 3 | R$ 30,00 |
| 4 | R$ 35,00 |
| 5 | R$ 50,00 |
| 6 | R$ 70,00 |

**Tabela 03**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
| 1 | Não executar o Contrato integralmente e diretamente. | 6 | Por ocorrência |
| 2 | Não executar os serviços em conformidade com as Normas Técnicas e demais Legislações pertinentes vigentes. | 5 | Por ocorrência |
| 3 | Fornecer informação falsa ao Contratante. | 5 | Por ocorrência |
| 4 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados. | 6 | Por dia |
| 5 | Deixar de executar qualquer um dos serviços descritos nos **itens 5.6**, **5.7**, **5.8** e **5.9** do Termo de Referência. | 2 | Por ocorrência |
| 6 | Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato. | 4 | Por ocorrência |
| 7 | Deixar de corrigir as falhas apontadas pela Fiscalização no prazo estipulado no **item 13.5** do Termo de Referência.. | 5 | Por ocorrência |
| 8 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais aos animais ou pessoas. | 6 | Por ocorrência |
| 9 | Deixar de cumprir o **item 13.17** do Termo de Referência.. | 3 | Por empregado |
| 10 | Permitir a ida de empregado não uniformizado ou não identificado para realização dos serviços. | 1 | Por empregado e por ocorrência |
| 11 | Deixar de informar previamente os dados dos empregados que irão realizar os serviços, incluindo as substituições que porventura venham a ser realizadas durante a execução do Contrato. | 2 | Por ocorrência e por empregado |
| 12 | Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições no prazo estipulado do Termo de Referência.. | 2 | Por empregado |
| 13 | Deixar de observar o **item 05.12** do Termo de Referência.. | 1 | Por ocorrência |
| 14 | Deixar de apresentar o relatório semanal previsto no **item 05.13** do Termo de Referência.. | 2 | Por ocorrência |
| 15 | Deixar de observar as Normas Técnicas vigentes quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual necessários à execução do objeto contratado. | 3 | Por ocorrência |
| 16 | Não manter a documentação e condições de habilitação atualizada. | 1 | Por item e por ocorrência |
| 17 | Não manter dados de contato devidamente atualizados. | 1 | Por ocorrência |
| 18 | Deixar de executar os serviços nos dias estabelecidos no Contrato sem justificativa, aviso prévio e autorização do Contratante. | 1 | Por ocorrência |
| 19 | Não prestar de imediato os esclarecimentos solicitados pelo Contratante. | 2 | Por ocorrência |
| 20 | Deixar de fornecer os materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços. | 3 | Por ocorrência |
| 21 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização. | 2 | Por ocorrência |
| 22 | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar. | 2 | Por ocorrência |
| 23 | Deixar de informar imediatamente o Contratante qualquer fato observado por seus empregados que possam interferir na boa execução e qualidade dos serviços contratados. | 1 | Por ocorrência |
| 24 | Deixar de informar imediatamente o Contratante qualquer problema observado por seus empregados no conjunto motor bomba. | 2 | Por ocorrência |
| 25 | Não apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura qualquer um dos documentos relacionados e na forma prevista no **item 17** do Termo de Referência.. | 2 | Por item e por ocorrência |
| 26 | Deixar de cumprir qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei, para a qual não se comine outra penalidade. | 1 | Por ocorrência |

* 1. Restará caracterizada, ainda, a inexecução parcial do objeto do Contrato se a CONTRATADA, reincidente no cometimento de infrações à execução do Contrato, se enquadrar em pelo menos em 01 (uma) das situações abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Situação | Grau de Infração | Quantidade de Infrações |
| 1 | 1 | 7 ou mais |
| 2 | 2 | 6 ou mais |
| 3 | 3 | 5 ou mais |
| 4 | 4 | 4 ou mais |
| 5 | 5 | 3 ou mais |
| 6 | 6 | 2 ou mais |

* 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
  2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato decorrente desta licitação:
     1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
     2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;
  4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
  5. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
  6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
  7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;
  8. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;
  9. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida dentro do prazo, conforme notificação;
  10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
  11. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto na cláusula contratual relativa à garantia;
  12. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida nos itens precedentes **18.2.3** e **18.2.4** do Termo de Referência;
  13. As penalidades aqui previstas serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
  14. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

* 1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei n° 8.666, de 1993:

1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
4. o atraso injustificado no início do serviço;
5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADAcom outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelamáxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTEe exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADAo direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
18. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
    1. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
    2. A rescisão deste Contrato poderá ser:
       1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;
       2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
       3. judicial, nos termos da legislação.
    3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
    4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
       1. devolução da garantia;
       2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
    5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
    6. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
       1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
       2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
       3. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

* 1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.
  2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços executados.
     1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.
  3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
  4. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
     1. não produziu os resultados acordados;
     2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
     3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,
  5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
  6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
     1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
     2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
  7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
  8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  9. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
  10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| **EM = I x N x VP** |

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| **I =** | **(6 / 100)** |
| **365** |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

* 1. O valor mensal do contrato é de R$ **XXXX** **(XXXX)**, perfazendo o valor total para 12 (doze) meses de R$ **XXXX (XXXX)**, sendo R$ **XXXX (XXXX)** para o exercício de **XXXX** e R$ **XXXX (XXXX)** para o exercício de **XXXX**.
     1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

14.1 – A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do seu valor a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas;

14.2 – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

14.2.1 – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

14.2.2 – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

14.2.3 – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

14.3 – Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

14.4 – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

* 1. prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.
     1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
  2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.
  3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:
     1. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;
        1. Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
     2. A CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
     3. A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.
  4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE**

* 1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 19, XXII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2/2008,desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do **(índice de preços geral, específico ou setorial XXXX)**, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela **instituição XXXX**.
  2. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:
     + - 1. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;
         2. Para os reajustes subseqüentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.
  3. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subseqüente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
     1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
        1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.
        2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.
  4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
     + - 1. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
         2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou
  5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de **XX (XXXX) dias**, contados a partir da data da solicitação da Contratada.
  6. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

* 1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade: 1**

**Fonte: 0174270032**

**Elemento de Despesa: 339039**

**PI: 370**

* 1. As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

* 1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE*,* segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto n° 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto n° 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

* 1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2014

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pela CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS: